

ESTRATÉGIA PARA APOIAR UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

A AGENDA CLIMÁTICA DEIXOU A ESFERA ESTRITAMENTE AMBIENTAL E INFLUENCIA DIRETAMENTE A COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

Compromissos e metas assumidos pelo Brasil: a NDC brasileira



Reduzir em **37%** as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa até 2025 e em **43%** até 2030 (ano-base 2005)



Neutralizar carbono até 2050



Desmatamento ilegal **zero** até 2030

Brasil: diferencial comparativo



Matriz elétrica limpa (84,8% de fontes renováveis)



Baixa intensidade de carbono da indústria



2º maior produção mundial de **Biocombustíveis**



Maior biodiversidade do planeta (15-20% do número total de espécies da Terra)



Ampla cobertura florestal (58% do território nacional)



Maior disponibilidade hídrica do mundo (12% das reservas mundiais)

Avanços setoriais



ALUMÍNIO

Cerca de **60%** de todo o alumínio consumido no país é reciclado



CIMENTO

Emissão de GEE **11%** menor que a média mundial do setor



AÇO

Cerca de **12%** da produção obtida a partir do uso do carvão vegetal (aço com baixa pegada de carbono)



PAPEL E CELULOSE

Estoque de **4,48** bilhões t de CO₂ equivalente em 15 milhões de hectares de florestas (plantio + conservação)



QUÍMICA

Redução de **44%** das emissões de GEE nos processos industriais (2006-2016)



VIDRO

Redução de **100 mil** t de GEE não emitidas por ano, devido à reciclagem de **400 mil** t de vidro

Principais desafios do país

- Definição de uma **estratégia de país ampla e integrada** para redução de emissões com políticas que criem ambiente favorável para investimentos.
- Estabelecimento de **governança institucional e coordenação de esforços entre governo e setor produtivo** para garantir mais transparência e o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Paris.
- Elaboração de um **plano de descarbonização para o país** (com participação do setor produtivo e baseado em planos setoriais que considerem suas especificidades).
- Investimentos em **P&D&I visando novas tecnologias de baixo carbono** (como hidrogênio e a captura e armazenamento de carbono).
- Desenvolvimento de uma **infraestrutura urbana apoiada em tecnologias de baixo carbono** (mobilidade, construção, iluminação, saneamento básico, etc.).

A proposta da indústria

18 ações, organizadas em **4 pilares prioritários** a serem desenvolvidas conjuntamente entre governo e indústria.

Objetivo: Acelerar a implementação de programas e tecnologias necessários ao avanço rumo à redução de emissão de GEE, no curto e médio prazos, e à neutralidade climática, em 2050.



PILAR 1. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

PROPOSTA GERAL: Aumentar o percentual de energias renováveis e biocombustíveis na matriz energética, por meio da manutenção de investimentos em energias renováveis, do fortalecimento do programa de biocombustíveis, e de políticas e investimentos em novas energias, como hidrogênio, captura e armazenamento de carbono (CCS) e eólica *offshore*, a fim de acelerar a transição energética no Brasil.

AÇÃO 1

Apoiar a expansão dos biocombustíveis e o fortalecimento da Política Nacional de Biocombustíveis (Renovabio)

A CNI vem trabalhando no apoio do fortalecimento do programa através de discussões acerca de tributação de CBios, validade dos créditos e investimentos em biocombustíveis avançados.

AÇÃO 2

Articular maior direcionamento dos recursos de eficiência energética (Procel) para a indústria e aumentar o engajamento da CNI na implementação de programas de eficiência energética

Desde 2017, a indústria, com apoio da CNI, já implementou mais de R\$ 30 milhões em projetos de eficiência energética, e tem previsto para os próximos anos investimentos da ordem de R\$ 15 milhões, para a melhoria de processos industriais.

AÇÃO 3

Apoiar o governo na construção e implementação de novas regulamentações para acelerar a implementação de projetos de eólica *offshore* no Brasil

A CNI trabalhará na aprovação de legislação e regulamentação para destravar esses projetos e aumentar os investimentos em novas renováveis.

AÇÃO 4

Promover novas tecnologias limpas, como hidrogênio e CCS

A CNI atuará na articulação junto ao governo e na identificação de oportunidades para a indústria visando a construção das políticas necessárias para o desenvolvimento dessas tecnologias no país.

AÇÃO 5

Articular políticas públicas para incentivar a produção de energia a partir de resíduos sólidos

A CNI elaborou um estudo de viabilidade econômica e técnica para uso de Combustível Derivado de Resíduo (CDR) na indústria, e tem acompanhado a regulamentação de normas técnicas relacionadas ao tema.





PILAR 2. MERCADO DE CARBONO

PROPOSTA GERAL: Criar e implementar um mercado regulado de carbono, na forma de um sistema de comércio de emissões, sob o racional *Cap and Trade*, para contribuir com as metas estabelecidas pelo Brasil no Acordo de Paris.

AÇÃO 1

Estabelecer um ambiente institucional robusto para a implementação do mercado regulado de carbono com a participação do setor produtivo

A CNI vem articulando junto ao governo uma proposta de governança com a participação do setor produtivo.

AÇÃO 2

Apoiar a aprovação de lei para regulamentar o mercado regulado de carbono, na forma de um Sistema de Comércio de Emissões, sob a ótica *Cap and Trade* no Brasil

A CNI vem trabalhando para que o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional seja aprovado e contemple o posicionamento da indústria.

AÇÃO 3

Consolidar um sistema robusto de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) e articular com o setor produtivo sua implementação

A CNI vem trabalhando para firmar uma agenda conjunta com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, com o objetivo de desenvolver atividades conjuntas para a implementação da plataforma de MRV.

AÇÃO 4

Articular junto ao governo para que o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS) contemple condições competitivas para a indústria brasileira durante as negociações do artigo 6.4 do Acordo de Paris

A CNI vem trabalhando para que o mecanismo seja regulamentado na COP 26, de forma justa, viável e com segurança jurídica, podendo ser uma das ferramentas globais para apoiar a recuperação econômica no pós Covid-19.





PILAR 3. ECONOMIA CIRCULAR

PROPOSTA GERAL: Aumentar a produtividade e competitividade da indústria brasileira por meio da promoção e valorização de práticas alinhadas ao conceito de Economia Circular, contribuindo para a redução das emissões de GEE.

AÇÃO 1

Atuar junto a organizações internacionais para levar o entendimento do Brasil, e a realidade dos países em desenvolvimento, para o marco normativo internacional sobre o tema Economia Circular

A CNI lidera a delegação brasileira junto ao Comitê Técnico da ISO sobre Economia Circular (ISO/TC 323) e representa a América Latina e o Caribe no Conselho Consultivo do TC.

AÇÃO 2

Construir posicionamento comum que possa servir de base para a implementação de uma estratégia nacional de Economia Circular para o Brasil

A CNI vem promovendo o diálogo junto ao setor industrial brasileiro, por meio da Rede de Economia Circular da Indústria, para a construção de um texto-base sobre o assunto.

AÇÃO 3

Construir ferramenta para mensuração do grau de maturidade das empresas brasileiras em relação às melhores práticas de economia circular, para apoiá-las no aprimoramento de processos, inovações em modelos negócios e captação de recursos

A CNI vem desenvolvendo esta ferramenta, com sólida base científica, em parceria com o setor acadêmico.

AÇÃO 4

Articular junto ao governo e Congresso Nacional a adoção de medidas para superar barreiras fiscais e regulatórias, oferecer incentivos econômicos, bem como simplificar e desburocratizar o sistema de logística reversa de resíduos no país

A CNI propôs diversas medidas para implementar instrumentos econômicos previstos na PNRS junto ao Poder Legislativo visando a desoneração da cadeia da reciclagem e a simplificação da operação do sistema de logística reversa.

AÇÃO 5

Auxiliar os setores industriais brasileiros na elaboração de requisitos de sustentabilidade para as compras públicas

A CNI publicou cartilhas orientativas para auxiliar o setor privado na definição de requisitos de sustentabilidade, com base na norma ISO 20400 - Compras sustentáveis, que servirão de base para que o governo federal implemente um programa nacional de compras públicas sustentáveis no país.





PILAR 4. CONSERVAÇÃO FLORESTAL

PROPOSTA GERAL: Aumentar a eficácia das ações do governo no combate ao desmatamento ilegal e às queimadas na Amazônia Legal, aliando a liderança brasileira em tecnologias de sensoriamento remoto a ações de comando e controle, com base em dados científicos e inteligência, e incluindo a coordenação e integração das atuações dos governos Federal, estaduais e municipais.

AÇÃO 1

Coordenar esforços para efetivar a regularização fundiária, eliminar conflitos socioambientais na área rural e oferecer segurança jurídica a produtores rurais e investidores, criando, assim, um ambiente favorável aos negócios, ao mesmo tempo em que contribui para a conservação da floresta

A CNI está participando das discussões no Congresso sobre propostas de normativos relacionados à regularização fundiária, de forma a garantir segurança jurídica ao empreendedor e não possibilitar a ampliação do desmatamento ilegal.

AÇÃO 2

Fortalecer a integração entre os Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) estaduais e estimular os instrumentos de ordenamento territorial para acelerar o processo de licenciamento ambiental de atividades produtivas, proporcionar maior segurança a investimentos governamentais e privados e orientar a titulação de terras públicas

A CNI apoia a utilização de instrumentos de ordenamento territorial para identificar o potencial e as restrições de uso de cada região e orientar os investimentos, considerando a capacidade de suporte do meio ambiente.

AÇÃO 3

Aprimorar e fortalecer a Lei de Gestão de Florestas Públicas para aumentar a atratividade do negócio e desburocratizar os processos para os empresários e gestores públicos

A CNI apoia o aprimoramento do marco regulatório em discussão no Congresso Nacional, garantindo a proteção da floresta e aumentando a atratividade das concessões florestais, com base na experiência adquirida na implementação da lei atual, de 2006.

AÇÃO 4

Promover a bioeconomia como vetor de desenvolvimento sustentável da região amazônica e manutenção da floresta em pé, através da atração de investimentos privados e direcionamento de investimentos públicos para P&D&I

A CNI está trabalhando na melhoria do ambiente jurídico para o uso sustentável da biodiversidade e no fortalecimento das parcerias entre o setor público e privado nos projetos de P&D&I.

